# PROFESSORES LICENCIADOS EM UMA ÁREA DE CONHECIMENTO, MAS QUE LECIONAM EM OUTRA

# TEACHERS WITH A DEGREE IN ONE FIELD OF KNOWLEDGE, BUT WHO TEACH IN ANOTHER

Marco da Silva<sup>1</sup> Ademar Alves dos Santos<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Este estudo investiga a prática recorrente do desvio de função docente, fenômeno caracterizado pela atuação de professores em áreas distintas da sua formação inicial, com foco na Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho, em Chapadinha-MA. A pesquisa objetivou compreender as causas estruturais e subjetivas que levam a essa realidade, bem como suas consequências para o processo de ensino-aprendizagem e para a identidade profissional docente. Para tanto, adotouse abordagem qualiquantitativa, por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas com professores em situação de desvio de função. Os resultados evidenciam que a carência de profissionais licenciados em áreas específicas, a baixa atratividade da carreira docente e a precarização das condições de trabalho constituem fatores centrais para a persistência dessa prática. Observou-se que, embora alguns docentes relatem afinidade ou adaptação às novas disciplinas, predominam sentimentos de insegurança, sobrecarga e perda de qualidade no ensino. Conclui-se que o desvio de função, ainda que funcionalmente paliativo, compromete a aprendizagem e a profissionalidade docente, reforçando a necessidade de políticas públicas que articulem formação inicial, formação continuada e valorização da carreira, conforme orientam as metas do Plano Nacional de Educação.

**Palavras-chave:** Desvio de Função Docente; Formação Inicial e Continuada; Políticas Educacionais; Identidade Profissional Docente.

#### **ABSTRACT**

This study investigates the recurrent practice of teacher role deviation, a phenomenon characterized by the assignment of teachers to subjects outside their initial training, focusing on the Integrated Unit Dr. Almada Lima Filho School in Chapadinha, Maranhão, Brazil. The research aimed to understand both structural and subjective causes of this phenomenon, as well as its consequences for the teaching-learning process and for teachers' professional identity. A qualitative-quantitative approach was employed through questionnaires and semi-structured interviews with teachers working outside their area of expertise. Findings reveal that the shortage of qualified teachers in specific disciplines, the low attractiveness of the teaching career, and the precarious working conditions are central factors in the persistence of this practice. Although some teachers reported affinity or adaptation to new subjects, the majority expressed insecurity, work overload, and a decline in teaching quality. It is concluded that

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestre em Educação – Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, Mestre em Ciências Sociais – Universidade Federal de Santa Maria – RS, Doutorando em Extensão Rural – Universidade Federal de Santa Maria – RS. Email: <a href="marcoaurelio22000@yahoo.com.br">marcoaurelio22000@yahoo.com.br</a>

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade de Taubaté (1998), Mestre (2013) e Doutor (2017) em Educação pela Universidade Nove de Julho – São Paulo, Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (MG). E-mail: <a href="mailto:ademar.santos@ufu.br">ademar.santos@ufu.br</a>

functional deviation, while serving as a temporary solution, undermines both learning outcomes and teachers' professional identity, highlighting the urgent need for public policies that integrate initial training, continuous professional development, and career valorization, in line with the goals of the National Education Plan.

**Keywords:** Teacher Role Deviation; Initial and Continuing Education; Educational Policies; Professional Identity.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar, compreender e interpretar os fenômenos relacionados ao desvio de função docente, especificamente à prática de professores que atuam em áreas de conhecimento distintas daquelas para as quais possuem formação e habilitação, na Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho, situada no município de Chapadinha – MA. Trata-se de um problema educacional de relevância nacional, que revela tensões estruturais entre a formação inicial de professores, as políticas públicas de educação e as demandas emergentes das instituições escolares.

Nesse contexto, formulam-se as seguintes questões norteadoras: quais fatores explicam a ocorrência do desvio de função de professores licenciados em determinada área, mas alocados em disciplinas distintas de sua habilitação? E quais são os impactos potenciais dessa prática na aprendizagem dos estudantes? Tais indagações orientam a investigação a partir do pressuposto de que a atuação docente fora da área de formação pode gerar lacunas significativas na construção de competências cognitivas e pedagógicas exigidas pelo currículo escolar, comprometendo, em maior ou menor grau, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A literatura especializada enfatiza que a docência constitui uma prática social complexa, que exige domínio tanto dos conteúdos específicos quanto de saberes pedagógicos (Tardif, 2014). Como afirma Libâneo (2012), o exercício docente ultrapassa a mera transmissão de informações, demandando competências didáticas, curriculares e metodológicas que garantam a mediação crítica entre conhecimento e aprendizagem. Nesse sentido, a inadequação entre formação acadêmica e atuação profissional revela-se problemática, pois fragiliza a identidade docente e a qualidade da educação oferecida.

Além disso, Nóvoa (2009) ressalta que a formação de professores deve estar vinculada à construção da profissionalidade docente, compreendida como o desenvolvimento de saberes específicos e de práticas pedagógicas que possibilitem ao educador enfrentar os desafios contemporâneos da escola. Quando professores são deslocados para áreas alheias à sua

formação, observa-se um enfraquecimento dessa profissionalidade, comprometendo tanto o desenvolvimento do docente quanto o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

A docência, por sua natureza, requer não apenas domínio técnico dos conteúdos, mas também saberes pedagógicos articulados, como a organização curricular, o planejamento didático e a escolha de metodologias de ensino adequadas (Pimenta, 2017). Quando esses elementos não são assegurados pela formação inicial, torna-se fundamental compreender as estratégias e alternativas mobilizadas por professores que lecionam em áreas distintas daquelas de sua licenciatura, analisando as dificuldades encontradas, os mecanismos de adaptação e as consequências pedagógicas de sua prática.

A investigação adota abordagem qualitativa, de natureza básica e explicativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O levantamento teórico possibilitou articular diferentes concepções acerca do tema, oferecendo suporte analítico para a compreensão do fenômeno. O trabalho de campo envolveu entrevistas com professores da escola investigada que exercem funções fora de sua área de formação, o que permitiu identificar causas estruturais e subjetivas do desvio de função, mapear as dificuldades enfrentadas, compreender suas percepções e examinar os meios utilizados para atualizar-se em relação às disciplinas ministradas.

A estrutura do estudo contempla, em um primeiro momento, a discussão sobre a função social da licenciatura e a problemática do desvio de função, evidenciando a carência de professores habilitados em determinadas áreas do conhecimento e as medidas adotadas pelo sistema educacional para suprir tais lacunas. Em seguida, fundamenta-se o arcabouço teórico por meio do confronto entre a literatura especializada e os dados empíricos obtidos, refletindo criticamente sobre as dificuldades relatadas pelos docentes entrevistados e os recursos por eles mobilizados no enfrentamento da realidade escolar.

Na conclusão, apresentam-se as principais considerações sobre a temática, destacandose que parcela significativa dos professores iniciou sua trajetória docente antes mesmo da conclusão da formação inicial, o que contribui para a persistência do desvio de função. Constata-se que grande parte do corpo docente da instituição pesquisada atua em áreas distintas daquelas de sua habilitação, configurando um quadro preocupante para a educação local. Tal situação evidencia a necessidade urgente de políticas públicas voltadas não apenas ao provimento de professores formados nas áreas específicas, mas também ao investimento em programas de capacitação, apoio pedagógico e formação continuada. A mera designação de profissionais sem a formação adequada para suprir lacunas curriculares não pode ser considerada solução definitiva. Pelo contrário, configura medida paliativa que tende a reproduzir desigualdades educacionais e comprometer a qualidade da aprendizagem. Saviani (2009) enfatiza que a valorização docente é condição *sine qua non* para a efetividade das políticas educacionais e que a precarização da docência reflete diretamente na formação dos estudantes. Assim, impõe-se a adoção de políticas de valorização docente alinhadas às exigências dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de modo a garantir que professores em situação de desvio de função possam desenvolver sua prática com segurança, competência e respaldo institucional.

# LICENCIATURA PARA QUÊ? E PARA QUEM?

A educação configura-se como prática humana essencial e cotidiana, presente em diferentes espaços sociais, desde o convívio familiar até as instituições formais de ensino. Por constituir-se em processo decisivo na formação integral dos sujeitos e, consequentemente, na construção de projetos de sociedade, a educação assume caráter estratégico para o desenvolvimento nacional. Entretanto, tal processo encontra-se tensionado por problemas recorrentes, entre os quais se destaca o **desvio de função docente**, caracterizado pela atuação de professores em áreas distintas daquelas para as quais foram formados. Essa realidade, que decorre da carência de profissionais habilitados em determinadas disciplinas, compromete a qualidade do ensino e a efetividade da política educacional (Tardif, 2014; Libâneo, 2012).

De acordo com a legislação brasileira, a educação deve ser compreendida como processo permanente, cujo objetivo é o desenvolvimento integral do ser humano, orientado por valores éticos, sociais e políticos (Brasil, 1996). No entanto, observa-se que, diante da insuficiência de professores licenciados em áreas específicas, os sistemas de ensino frequentemente recorrem à designação de profissionais de outras formações, prática que caracteriza o desvio de função. Tal situação, além de impactar a aprendizagem, pode levar à insatisfação profissional e até mesmo ao abandono da carreira docente, fenômeno que Nóvoa (2009) identifica como expressão da fragilidade da profissionalidade docente.

A disfunção profissional, entendida como o exercício de atribuições que não correspondem à habilitação ou ao cargo para o qual o servidor foi admitido (Teixeira, 2008), adquire contornos particulares na educação básica, visto que implica diretamente na formação de crianças e jovens. Conforme Pimenta (2017), o professor precisa articular saberes específicos

de sua área de formação com competências pedagógicas e metodológicas, condição indispensável para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Quando deslocado para disciplinas que não fazem parte de sua licenciatura, esse professor enfrenta barreiras significativas para garantir a qualidade do ensino, ainda que busque estratégias individuais de atualização e improviso.

Historicamente, a questão da formação docente tem ocupado lugar central nas políticas educacionais brasileiras. A Lei nº 5.692/71 já havia estabelecido parâmetros para a habilitação específica do magistério, ainda que com forte orientação tecnicista. Posteriormente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) consolidou a exigência de formação em nível superior, em cursos de licenciatura plena, para o exercício do magistério na educação básica (Brasil, 1996). Essa exigência foi reforçada em documentos normativos subsequentes, como a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

Apesar dos avanços normativos, os dados revelam que o déficit de professores licenciados em áreas específicas permanece elevado, sobretudo em disciplinas como Física, Química e Matemática (Gatti; Barretto; André, 2019). Esse quadro evidencia contradições estruturais: de um lado, há exigências legais que estabelecem parâmetros mínimos de formação; de outro, há carência de profissionais habilitados, o que leva à recorrência do desvio de função.

Entre as causas estruturais dessa problemática, destacam-se a baixa atratividade da carreira docente, marcada por condições salariais e laborais pouco favoráveis (Saviani, 2009; Nóvoa, 2022), bem como a reduzida procura por cursos de licenciatura nas universidades. Conforme aponta Libâneo (2012), tais fatores contribuem para a precarização da profissão docente e para a diminuição da qualidade da formação oferecida aos estudantes da educação básica.

Assim, discutir a questão "licenciatura para quê e para quem?" implica refletir criticamente sobre a função social da licenciatura como formação que vai além da certificação formal: trata-se da construção de uma identidade profissional que articula saberes científicos, pedagógicos e éticos, permitindo ao professor atuar como mediador de aprendizagens significativas (Tardif, 2014; Pimenta, 2017). A pesquisa, portanto, busca compreender os motivos que levam ao desvio de função em Chapadinha – MA, bem como seus efeitos sobre a prática pedagógica e a aprendizagem dos estudantes, problematizando a permanência dessa situação mesmo diante do arcabouço legal e das diretrizes curriculares que regulam a profissão docente.

## As atribuições do pedagogo no processo educativo escolar: contexto atual

O papel do pedagogo no contexto contemporâneo da educação brasileira deve ser compreendido a partir das transformações normativas e epistemológicas que se consolidaram, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996). Essa legislação, ao reconhecer a complexidade da formação docente, estabelece a necessidade de uma formação inicial sólida e, sobretudo, de um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional, numa perspectiva de formação permanente (Imbernón, 2009; Pimenta; Anastasiou, 2014). Nesse sentido, a profissionalização docente não pode ser concebida como um processo estático, mas como uma construção dinâmica, que exige flexibilidade e capacidade de adaptação diante das múltiplas demandas sociais e escolares.

Todavia, persiste um tensionamento entre a formação inicial e as atribuições efetivas do pedagogo no espaço escolar. As lacunas formativas, frequentemente marcadas por insuficiências teóricas, metodológicas e práticas, geram contradições no exercício da docência e na atuação mais ampla do pedagogo (Libâneo, 2015). Nesse quadro, emergem indagações sobre os contornos do papel do professor e do pedagogo, dada a sobreposição de funções, expectativas e atribuições que, muitas vezes, extrapolam a formação recebida na graduação (Tardif; Lessard, 2014).

A definição das atribuições pedagógicas torna-se ainda mais complexa quando se considera que a escola é um espaço atravessado por disputas políticas, valores culturais diversos e tensões próprias da sociedade capitalista contemporânea. Assim, a prática pedagógica não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos, mas deve ser entendida como uma ação política e social, que incide sobre a formação crítica e cidadã dos sujeitos (Freire, 2000; Murillo, 2004).

Nesse sentido, cabe ao pedagogo e aos demais docentes a responsabilidade de planejar, fundamentar e socializar os objetivos educacionais por meio do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que materializa as metas e intencionalidades da escola, articulando dimensões administrativas, pedagógicas e comunitárias (Veiga, 2001; Saviani, 2007). A construção e a execução do PPP, para além de uma exigência normativa, configuram-se como espaço privilegiado de participação democrática, em que professores, gestores, estudantes e comunidade se articulam para enfrentar desafios e propor caminhos para a qualidade social da educação.

Desse modo, a atuação do pedagogo transcende a sala de aula e exige um engajamento coletivo e colaborativo, que compreende o acompanhamento de processos avaliativos, a

coordenação de práticas pedagógicas integradas, a promoção da formação humana dos estudantes e a participação efetiva na formulação e execução de planos de ação educacional (Imbernón, 2009; Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012). Assim, escola e comunidade devem estabelecer um diálogo permanente e construir práticas compartilhadas, entendendo a educação como processo de transformação social (Demo, 2010).

Entretanto, permanece o desafio de delimitar com maior precisão o lugar e as atribuições específicas do pedagogo dentro da estrutura escolar. Pesquisas recentes evidenciam que a indefinição funcional, somada à sobrecarga de tarefas e à precarização do trabalho docente, tem gerado processos de desprofissionalização e de desgaste profissional (Apple, 2017; Cunha, 2021). Tais condições reforçam a urgência de repensar políticas de valorização, bem como a necessidade de garantir condições objetivas para que o pedagogo exerça de forma plena sua função mediadora, formativa e política.

A análise do contexto atual revela que o pedagogo não pode ser compreendido apenas como executor de tarefas, mas como intelectual crítico (Giroux, 1997), responsável por articular saberes, práticas e valores que potencializem a construção de uma escola democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

## Aspectos Metodológicos: como foi realizada a pesquisada

A definição metodológica de uma investigação científica constitui-se em etapa fundamental, pois garante rigor, validade e coerência entre os objetivos do estudo e os procedimentos empregados (Gil, 2019; Creswell, 2021). Neste capítulo, descreve-se a metodologia utilizada para analisar a problemática do desvio de função docente no contexto escolar, com foco nos professores que atuam em áreas distintas de sua formação inicial, bem como nas repercussões dessa prática para o processo educativo.

A pesquisa foi realizada na Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho, situada no município de Chapadinha – MA. O objetivo central consistiu em identificar e analisar a existência de casos de desvio de função no quadro docente, problematizando os fatores que conduzem a essa realidade e suas implicações para a qualidade da prática pedagógica e para a organização da escola. Para tanto, partiu-se da análise das falas dos professores participantes, interpretadas à luz de referenciais teóricos sobre formação docente, identidade profissional e desvio de função (Nóvoa, 2017; Tardif, 2014; Libâneo, 2015).

## Natureza e tipo de estudo

Trata-se de um estudo de natureza qualiquantitativa com delineamento de estudo de caso. A dimensão qualitativa permitiu compreender as percepções, sentidos e significados atribuídos pelos professores à condição de atuar fora de sua área de formação, possibilitando uma análise interpretativa das narrativas coletadas (Minayo, 2017). Já a dimensão quantitativa possibilitou levantar indicadores objetivos sobre o número de docentes em desvio de função, construindo tabelas e gráficos com base em documentos oficiais e registros da escola.

O recorte empírico delimitou-se ao Ensino Fundamental – Anos Finais, no turno vespertino do ano de 2017. O universo da pesquisa compreendeu dez professores identificados em situação de desvio de função; entretanto, devido a afastamentos, nove docentes participaram efetivamente do estudo.

## Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

A coleta de informações ocorreu por meio de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas com professores, além da análise documental dos registros da escola sobre formação e lotação docente. A triangulação desses instrumentos buscou ampliar a validade dos dados, favorecendo a complementaridade entre evidências quantitativas e qualitativas (Yin, 2015).

As entrevistas foram registradas em anotações de campo e posteriormente transcritas, preservando a fidelidade às falas dos sujeitos. Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, os docentes foram identificados por códigos alfanuméricos (B1, B2, B3... B9), garantindo o anonimato e a privacidade dos participantes (Brasil, 2016).

A pesquisa foi conduzida em três momentos: (i) contato inicial com a gestão escolar, apresentação dos objetivos e solicitação de autorização para o estudo; (ii) aplicação dos questionários e realização das entrevistas com os professores; e (iii) análise documental da folha de ponto e registros institucionais para verificação da formação inicial e áreas de atuação docente.

#### Análise dos dados

Os dados qualitativos foram tratados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016), permitindo identificar categorias emergentes relacionadas às percepções docentes sobre causas,

desafios e consequências do desvio de função. Já os dados quantitativos foram sistematizados em tabelas e gráficos, de modo a evidenciar a incidência do fenômeno no universo pesquisado. A articulação entre ambas as dimensões possibilitou uma leitura crítica da realidade, preservando a singularidade do estudo de caso e sua capacidade de revelar elementos estruturais que se manifestam em contextos escolares mais amplos.

#### Local da pesquisa

A Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho é uma instituição de reconhecida relevância para a comunidade de Chapadinha, oferecendo Ensino Fundamental – Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola dispõe de infraestrutura diversificada, incluindo 12 salas de aula climatizadas, biblioteca, sala de informática, sala de professores e outros ambientes destinados ao apoio pedagógico. O corpo docente é composto por 38 professores, dos quais dez foram identificados em situação de desvio de função, constituindo o grupo selecionado para a investigação.

A escolha da instituição como campo empírico justificou-se por sua relevância comunitária, seu quadro diversificado de docentes e a possibilidade de analisar de maneira situada as práticas de desvio de função, que representam um fenômeno recorrente em diversas redes públicas brasileiras (Almeida, 2020; Oliveira; Vieira, 2022).

A seguir, o quadro geral de professores da escola pesquisada com a respectiva formação inicial.

Quadro 1 – Quadro geral de professores da escola pesquisada

Licenciatura	Número de Professores
Pedagogia	10
Letras	09
História	04
Matemática	03
Sociologia	02
Filosofia	02
Educação Física	01
Biologia	01
Geografia	02
Não consta a formação	05

Fonte: (Secretaria da Escola U. I. Dr. Almada Lima Filho, 2017)

Ao analisar o quadro geral do corpo docente da Unidade Integrada Dr. Almada Lima Filho, observa-se que a instituição dispõe de professores licenciados em praticamente todas as áreas específicas do currículo escolar. Contudo, verifica-se que a distribuição desses profissionais não ocorre de forma exclusiva nessa escola, uma vez que muitos se encontram vinculados a outras instituições de ensino, atuando em diferentes turnos. Esse movimento de circulação docente, característico da realidade da rede pública de ensino no Brasil, gera uma sobreposição de vínculos laborais que, em determinadas circunstâncias, conduz ao exercício de funções alheias à formação inicial do professor, configurando o chamado desvio de função (Tardif, 2014; Oliveira; Vieira, 2022).

Tal situação revela um paradoxo estrutural: embora existam professores habilitados nas diversas áreas do conhecimento, a precarização das condições de trabalho, a necessidade de complementação de renda e a carência de políticas públicas eficazes de alocação docente acabam favorecendo a manutenção dessa prática. Estudos recentes apontam que a multiplicidade de vínculos e a atuação fora da área de formação impactam não apenas a qualidade do ensino, mas também a identidade profissional docente, uma vez que fragilizam a relação entre saberes adquiridos na licenciatura e a prática cotidiana (Nóvoa, 2017; Cunha, 2019).

Assim, a constatação de que parte dos professores da escola pesquisada atua tanto em consonância quanto em dissonância com sua formação inicial reforça a necessidade de discutir o desvio de função como uma problemática que transcende a gestão local e se insere no debate mais amplo sobre valorização docente, políticas educacionais e condições de trabalho no magistério (Libâneo, 2015; Almeida, 2020).

#### Populações da amostra

Quadro 2 - Perfil dos professores entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Área de formação	Disciplinas que leciona
B1	Masc.	30	Pedagogia / pós-graduação	Português, Redação, Geografia e Artes
B2	Fem.	36	Pedagogia / pós-graduação	Ciências e Religião
В3	Fem.	37	Pedagogia	Português e Redação
B4	Fem.	42	Pedagogia	Português, Redação e Religião
B5	Fem.	42	Pedagogia	Todas as disciplinas
В6	Fem.	43	Pedagogia / pós-graduação	Matemática e Artes
В7	Fem.	45	Pedagogia	Geografia e Religião
В8	Fem.	51	Ciências Biológicas /	Ciências e Inglês
			Zootecnia	
В9	Fem.	58	Pedagogia	Matemática e Artes

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

Os sujeitos investigados na pesquisa são professores com formação superior, predominando o sexo feminino, havendo apenas um docente do sexo masculino, com faixa etária situada entre 30 e 58 anos. Considera-se pertinente a elaboração de um quadro representativo do perfil desses profissionais, a fim de possibilitar maior compreensão e visualização dos dados. Ressalte-se que, em consonância com as estatísticas nacionais, o quadro docente das redes públicas brasileiras é composto majoritariamente por mulheres.

Os professores entrevistados apresentam experiência superior a cinco anos em sala de aula, aspecto relevante, visto que os primeiros anos da docência costumam ser marcados por inseguranças diante da complexidade da realidade escolar. Essa condição está relacionada a fatores como as fragilidades da formação inicial oferecida pelos Centros Universitários, a carência estrutural das escolas públicas e a desvalorização profissional expressa em baixos salários. Tais elementos, conforme observa Lüdke (2001), contribuem para a sensação de precarização da vocação docente, repercutindo negativamente no desempenho profissional. Além disso, destaca-se que a insuficiência dos recursos destinados pelos governos federal, estadual e municipal à educação, frequentemente evocada como justificativa para a baixa qualidade do ensino, constitui um dos principais fatores associados ao fracasso escolar.

#### Análise dos dados da pesquisa

A coleta de dados foi realizada na escola investigada no período de 05 a 19 de novembro de 2017, por meio da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. O instrumento de pesquisa contemplou dezenove questões, direcionadas especificamente a professores que atuam em desvio de função em relação à sua formação inicial, buscando-se levantar informações pertinentes à temática proposta.

A fim de favorecer a compreensão e a sistematização dos dados, as respostas foram organizadas em formato misto, combinando entrevistas com questões abertas e fechadas. Nesse sentido, optou-se por destacar, na análise, as questões de maior relevância: os itens 02, 03, 05, 06, 07 e 08, apresentados em quadros explicativos entre as páginas 39 e 45 do trabalho, de modo a facilitar a leitura e a visualização dos resultados. Já as questões 01, 04 e 09, pela sua pertinência analítica, foram representadas em forma de gráficos. Assim, são apresentadas a seguir as informações sistematizadas, acompanhadas de análises quali-quantitativas, com base no universo dos nove professores investigados.



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

Observando as respostas obtidas com relação ao tempo de atuação em sala de aula dos professores entrevistados, nota-se que 45%, ou seja, a maioria trabalha na área da educação há bastante tempo, são experientes e conhecem as dinâmicas que envolvem o cotidiano escolar.

Sobre esse fato, Pimenta (2005, p. 81) assegura:

Nos processos de formação de professores, é preciso considerar a importância dos saberes das áreas de conhecimento (ninguém ensina o que não sabe), dos saberes pedagógicos (pois o ensinar é uma prática educativa que tem diferentes e diversas direções de sentido na formação do humano), dos saberes didáticos (que tratam da articulação da teoria da educação e da teoria de ensino para ensinar nas situações contextualizadas), dos saberes da experiência do sujeito professor (que dizem do modo como nos apropriamos do ser professor em nossa vida). Esses saberes se dirigem às situações de ensinar e com elas dialogam, revendo-se, redirecionando-se, amplificando-se e criando.

Ao questionar sobre o tempo que os professores trabalham na escola pesquisada, obteve-se as seguintes respostas:

Quadro 3 – Há quantos anos trabalha na escola pesquisada?

B1	1 a 2
B2	6 a 9
B3	Não respondeu
B4	6 a 9
B5	1 a 2
B6	15 a 20
B7	15 a 20
B8	Há mais de 20
B9	15 a 20

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

Analisando o quadro acima, é possível observar que a metade dos professores entrevistados atua na escola pesquisada há mais de 15 anos, enquanto os demais lecionam na escola há cerca de 02 anos.

Os dados que revelam que o corpo docente se encontraformado por professores que atuam há bastante tempo na escola-campo e conhecem bem o seu sistema de funcionamento, o que lhes assegura uma visão mais ampla sobre o perfil dos alunos e de suas principais dificuldades com relação à aprendizagem.

A próxima questão trata da quantidade de escolas em que os professores entrevistados estão trabalhando no mesmo turno.

Quadro 4 – Em quantas escolas trabalha?

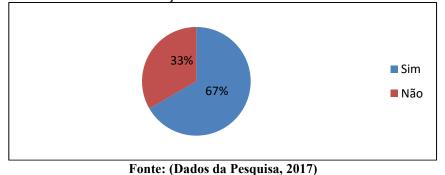
B1	02
B2	02
B3	02
B4	01
B5	02
B6	02
B7	01
B8	01
B9	01

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

As respostas obtidas mostram que grande parte dos professores atua em dois turnos, se desdobrando nas disciplinas em que lecionam, o que, por sua vez, reduz o tempo que possuem para planejar suas aulas, pois eles passam grande parte do dia nas escolas em que trabalham.

Tendo em vista os meios de se manter atualizado com as questões educacionais, metodologias e formas de ensino, questionou-se sobre a participação dos professores entrevistados em formações continuadas desenvolvidas nos últimos dois anos.

Gráfico 2 – Fez formação continuada nos últimos dois anos?



Nota-se que cerca de 67% dos professores afirmam ter participado de formação continuada nos últimos dois anos, um número bem considerável. Apesar desse fato, os outros 33% que não participaram, mostram um dado alarmante, pois esses estão também trabalhando em desvio de função e não buscaram, ou não tiveram, oportunidade de participar de nenhuma formação que pudesse lhes servir de suporte para exercício de outras disciplinas nas quais não possuem licenciatura.

Professores que não possuem formação específica nas áreas de licenciatura deveriam fazer cursos para melhorar suas práticas pedagógicas. Tardif (2007, p. 37) descreve sobre essa necessidade pedagógica, indicando que:

[...] apresentam-se como doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa. Ou seja, através desses saberes, os professores podem refletir sobre sua prática docente, percebendo se estão alcançando seus objetivos no processo de ensino aprendizagem.

Visando descobrir como foi o início da carreira docente dos professores entrevistados, foi realizada a seguinte pergunta:

Ouadro 5 - Como foi o início da vida docente?

~ · · · · · · ·	o como ioi o inicio da vida docente.
B1	Antes de iniciar a graduação
B2	Antes de iniciar a graduação
В3	Antes de iniciar a graduação
B4	Antes de iniciar a graduação
B5	Iniciou durante a graduação
В6	Antes de iniciar a graduação
В7	Antes de iniciar a graduação
B8	Antes de iniciar a graduação
В9	Antes de iniciar a graduação

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

A questão do quadro acima mostra a real situação da educação atual. Fica evidente que a falta de professores formados faz com que sejam colocados em sala de aula professores ainda em formação ou sem formação alguma e, também, com desvio da formação inicial. Tudo isso apenas como forma para atender às demandas educacionais exigidas pelas políticas públicas. Essa prática adotada pelas instituições escolares desconsidera o que, de acordo com Libâneo (2011, p. 36, grifo do autor), é a tarefa de ensinar:

É certo, assim, que a tarefa de ensinar a pensar requer dos professores o conhecimento de estratégias de ensino e o desenvolvimento de suas próprias competências do pensar. Se o professor não dispõe de habilidades de pensamento, se não sabe "aprender a aprender", se é incapaz de organizar e regular suas próprias atividades de aprendizagem, será impossível ajudar os alunos a potencializarem suas capacidades cognitivas.

A seguir, apresentam-se as tabelas com as respostas das questões abertas, nas quais pode-se obter uma melhor visão acerca do entendimento dos professores entrevistados sobre a temática.

A primeira questão aberta está relacionada ao trabalho com outras disciplinas fora da área de formação inicial dos professores entrevistados. Buscou-se saber se eles já lecionaram fora de sua área e quais foram as disciplinas, visando também identificar os desvios de função já vivenciados em anos anteriores e as experiências que esses professores adquiriram em tal situação. Por isso, fez-se o seguinte questionamento:

Quadro 6 – Cite outras disciplinas que você já lecionou:

B1	Religião, história e ciências
B2	Ciências e português
В3	Artes, filosofia, religião, informática e sociologia
B4	Informática
B5	Todas as disciplinas
B6	Religião, filosofia e sociologia
B7	História e artes
B8	Matemática, português, geografia e história
B9	Sociologia, artes e ciências

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

De acordo com as respostas dos professores, nota-se uma característica em comum nas respostas obtidas, pois eles afirmam já terem trabalhado com outras disciplinas fora da sua área de formação inicial, evidenciando ainda mais a questão do desvio de função, não só na escola pesquisada, mas em outras escolas no município de Chapadinha – MA. Portanto, o desvio de função na educação é recorrente e a rede municipal de ensino não tem feito nada a respeito, nem mesmo oferecido cursos de formação continuada constantemente, como forma de ampliar as competências dos professores dentro do campo de trabalho.

De acordo com Lück (2009, p. 12):

A qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado,

tecnológico, orientado por um acervo cada vez maior e mais complexo de informações.

Ao questionar sobre quais os principais motivos de estarem trabalhando fora de sua área de formação, foram obtidas as seguintes respostas:

Quadro 7 – Se você leciona alguma disciplina fora da sua área de formação, indique quais os principais motivos:

B1	Devido à carência de professores da área
B2	Por afinidade e necessidade do município
В3	A falta de professores
B4	Não soube responder
B5	Devido à demanda que é muito alta
B6	Falta de profissionais na área
B7	Falta de profissionais na área
B8	Devido ao horário de trabalho
B9	A afinidade com as disciplinas

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

Observou-se, pelas respostas dos professores investigados, que a maioria afirma estar trabalhando com disciplinas fora de sua área de formação por falta de professores formados dentro da área específica. Ou seja, estão apenas suprindo uma carência existente na rede de ensino e que precisa ser atendida, independentemente da formação dos professores. Conforme ressalta Lopes e Ferreira (2004, p. 14):

Cabe à educação preparar quadros, criar mecanismos, definir e aplicar estratégias para a consecução de medidas que garantam a preparação e a consolidação dos fundamentos do trabalho e das tecnologias produtivas na direção dos horizontes apontados e demandados pelo próprio movimento social do campo.

Enfrentar o desafio de ter professores com formação adequada não se limita apenas a melhorias de salários e na carreira docente, de maneira que possa atrair estudantes para cursos de licenciaturas, mas exige uma qualidade e melhor formato das próprias formações iniciais e até mesmo continuadas desses profissionais.

A questão a seguir visa descobrir qual a opinião dos professores entrevistados em relação aos profissionais da educação que são formados em uma área, mas que estão lecionando em outras.

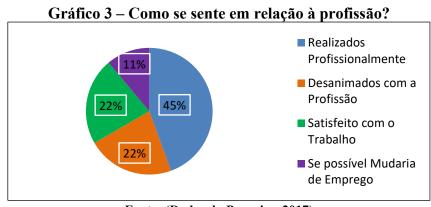
Quadro 8 – Qual sua opinião em relação aos docentes formados em uma área e que lecionam em outra?

B1	Dificulta o trabalho docente e a aprendizagem dos alunos
B2	Os professores que têm afinidade com os conteúdos acabam ministrando e
	suprindo as necessidades
	1
B3	Fica muito a desejar, pois temos que lecionar de acordo com o que se entende
B4	O trabalho torna-se difícil por falta de conhecimento da matéria
B5	O professor encontra dificuldades
В6	Isso é muito relativo, pois alguns profissionais em sua própria área não têm
	domínio de conteúdo
В7	Não vejo como obstáculo
B8	Depende da dedicação de cada profissional
B9	Quando o professor tem afinidade com a disciplina e estuda muito, ele não
	encontra dificuldade

Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

As respostas obtidas nessa pergunta apontam três linhas de raciocínio: a primeira delas é que existem dificuldades em trabalhar fora da área de formação, por conta de não dominarem alguns conteúdos da disciplina que estão trabalhando; a segunda é que, de acordo com alguns professores entrevistados, existem professores que trabalham dentro da sua área de formação e não possuem domínio da própria disciplina; e a terceira é que, quando há afinidade e dedicação por parte dos professores que trabalham fora da sua área de formação, é possível que as disciplinas sejam ministradas sem nenhuma dificuldade.

Umas das questões mais preocupantes em relação à pesquisa elaborada é a satisfação do professor em relação à própria função como docente. Diante disso, fez-se o seguinte questionamento:



Fonte: (Dados da Pesquisa, 2017)

Pode-se constatar que o grau de realização com a profissão é de 45%. Apesar dos inúmeros desafios que permeiam a vida docente, os professores entrevistados relatam que se

sentem realizados profissionalmente. Outra grande parte divide-se entre duas respostas, na qual 22% dizem estar desanimados e os outros 22% satisfeitos com a profissão.

Apenas 11% dos entrevistados responderam que, se pudessem, mudariam de profissão. Apesar de ser uma pequena porcentagem, esse tipo de resposta ainda é alarmante, pois professores insatisfeitos em relação à própria profissão vão para salas de aula com baixa autoestima, podendo não desenvolver seu trabalho como deveria ser, tornando a aula mecânica e pouco produtiva.

Cabe ressaltar que os baixos salários, as condições trabalhistas e a não valorização profissional dos professores provocam certo desapontamento em relação à carreira, insatisfação com o sistema educacional, problemas de saúde, entre outros, que acabam fazendo com que os professores se afastem da própria profissão. Essa preocupação merece análise, pois, segundo Lapo e Bueno (2003, p. 74):

[...] examinando de que forma esses fatores se combinam com as representações sobre o trabalho docente e as aspirações, necessidades e interesses dos professores, constatou-se que o abandono da rede estadual de ensino e/ou da profissão docente não se constitui em um ato isolado, depende da situação profissional vivida pelo professor. Também não se configura como um ato sem relação com a vida pessoal, e com a história passada do mesmo... Trata-se de um conjunto de experiências e expectativas não satisfeitas que, ao longo dos anos, vão se amalgamando até chegarem ao desfecho, nem sempre desejado, do abandono da rede pública ou da profissão docente.

A ausência da apropriação de métodos pedagógicos destinados ao trabalho do profissional docente em sala de aula resulta em uma fragilidade no desenvolvimento do saber, dificultando o alcance das metas traçadas pela escola, isto é, o professor não consegue atingir os objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico e muito menos a eficácia exigida no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Sobre isso, Stobãus, Mosqueira e Santos (2007, p. 262) relatam que:

Os problemas que afligem a profissão docente não são algo novo, nem original, acham-se ligados à própria origem, ao desenvolvimento histórico e à valorização social dessa profissão. O que mais impressiona é o contínuo acirramento da problemática em que quase todo mundo e que, como o tecido social, à docência é desgastada, ante as insatisfações grandemente justificadas dos professores, os descontentamentos dos alunos, a improdutividade do conhecimento (denominada má qualidade de ensino) e a desconfiança no aproveitamento social, além de elementos ligados à aprendizagem e suas perturbações.

Analisando as entrevistas realizadas com os professores da escola pesquisada, notase a necessidade de oferta de formações continuadas. Essas formações resultariam em melhorias nas atuações dentro das salas de aula, considerando que, para o desenvolvimento do trabalho docente, é de fundamental importância a capacitação teórico e prática permanente, possibilitando subsídios para o exercício docente.

#### **CONCLUSÃO**

As pesquisas mais recentes sobre a formação inicial e a atuação docente no Brasil têm evidenciado divergências significativas entre esses dois eixos. Diversos levantamentos realizados em diferentes estados indicam um mesmo quadro: o desvio de função de professores, que, embora possuam formação específica em determinada área, acabam lecionando disciplinas distintas de sua licenciatura. Tal fenômeno, longe de ser pontual, assume proporções sistêmicas e revela contradições estruturais do campo educacional (Gatti, 2009; Pimenta; Anastasiou, 2014).

O questionamento desse cenário tem mobilizado pesquisas que buscam compreender seus desdobramentos, já que o desvio de função repercute tanto na trajetória profissional quanto na qualidade do processo educativo. A prática recorrente de designar professores não licenciados em determinadas áreas do conhecimento sinaliza para distorções no sistema de ensino, fragilizando o princípio da formação específica como eixo de qualidade (TARDIF, 2014).

No caso do município de Chapadinha (MA), a pesquisa realizada entre 05 e 19 de maio de 2017 evidencia que o problema local reflete a realidade nacional: o desvio de função docente constitui uma prática sistemática, vinculada a limitações na política educacional, à escassez de profissionais habilitados e a fatores de ordem econômica. A despeito de a valorização da educação ter sido consolidada como prioridade social e política, persiste a necessidade de fortalecer a formação e a capacitação daqueles que assumem a responsabilidade de ensinar (Nóvoa, 2017).

Os relatos coletados revelam que, embora alguns professores busquem suprir a carência de especialistas com dedicação e esforço, a medida é essencialmente paliativa. Na prática, gera sobrecarga e insegurança, além de impactos negativos no desempenho profissional. Alguns docentes relatam afinidade com disciplinas distintas de sua formação inicial e adaptam-se com relativa facilidade, enquanto outros manifestam dificuldades diante da falta de domínio dos conteúdos, o que compromete tanto a autoconfiança quanto a aprendizagem dos alunos.

A análise permite observar que a identidade profissional dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental é múltipla e marcada por diferentes sentidos atribuídos à docência. Nóvoa (1992) e Pimenta (1999) destacam que a identidade docente não é um dado pronto, mas um processo em construção, tecido na prática, nas relações institucionais e nas condições de trabalho. Assim, compreender as diferentes formas de lidar com o desvio de função exige reconhecer a heterogeneidade de percursos e projetos individuais, em um campo fortemente atravessado por precariedades estruturais.

Diante de uma realidade educacional marcada por demandas cada vez mais complexas, torna-se urgente que os professores ampliem suas competências pedagógicas e metodológicas. A percepção crítica dos alunos em relação ao preparo docente evidencia a necessidade de que o professor assuma o compromisso de motivar, instigar e provocar a curiosidade, promovendo aprendizagens significativas em um processo interativo (Freire, 1996; Gatti, 2010).

Nesse sentido, a formação continuada surge como condição indispensável. A proposta de criação de grupos de estudo e práticas coletivas de formação no interior das escolas pode contribuir para efetivar a interdisciplinaridade, frequentemente evocada nos discursos, mas ainda pouco concretizada na prática pedagógica. Mais do que preencher lacunas, trata-se de construir coletivamente saberes docentes capazes de responder às exigências contemporâneas (Imbernón, 2009).

Os resultados da pesquisa confirmam que o desvio de função decorre, em grande medida, da insuficiência de professores licenciados em áreas específicas e de condicionantes econômicos que limitam a contratação de novos profissionais. Essa configuração, além de fragilizar a qualidade da educação básica, aponta para a ausência de políticas públicas eficazes. O Ministério da Educação, até o momento, não estruturou um plano específico para enfrentar a questão, embora o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleça como meta, até 2024, que todos os docentes da educação básica possuam formação adequada à área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014).

Assim, evidencia-se que as iniciativas implementadas até agora são insuficientes e pouco articuladas. Para além de medidas paliativas, torna-se urgente investir em programas de formação inicial e continuada que considerem as condições reais da prática docente. A oferta de formação continuada voltada especificamente para professores em desvio de função poderia constituir uma estratégia eficaz para minimizar os prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem e valorizar a profissão (Gatti; Barretto, 2009).

Por fim, a pesquisa permite afirmar que a experiência investigativa, além de produzir dados relevantes sobre o contexto escolar, possibilita também a autoformação das professoras-pesquisadoras, desenvolvendo sua capacidade de observar, teorizar e problematizar a realidade. Essa perspectiva de formação do professor-pesquisador, defendida por Nóvoa (2017), constitui um elemento central para a construção de profissionais críticos e reflexivos, capazes de intervir na escola e na sociedade em um tempo histórico marcado por rápidas e constantes transformações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. **Trabalho docente e políticas educacionais**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020.

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 2021.

CUNHA, M. I. **Profissionalização docente e desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2021.

DEMO, P. Educação e qualidade. Campinas: Autores Associados, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GATTI, Bernadete A.; BARRETTO, Elba S.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Professores do Brasil**: impasses e desafíos. Brasília: UNESCO, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2019.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2017.

MURILLO, J. La mejora de la escuela: un cambio de perspectiva. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação no século XXI. Lisboa: Educa, 2022

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. **Políticas de valorização docente**: contradições e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2017

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2009

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2001.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.